FUNCIONARIO PÚBLICO — ESTAGIO PROBATÓRIO — CONTRIBUIÇÃO DE PREVIDÊNCIA

— O funcionário, em estágio probatório, está sujeito à contribuição de previdência.

TRIBUNAL DE ALÇADA DE SÃO PAULO

Instituto de Previdência do Estado de São Paulo *versus* Celina Muniz de Sousa
Apelação cível n.º 35.946 — Relator: Sr. Desembargador
DIMAS R. DE ALMEIDA

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação cível n.º 35.946, da comarca de São Paulo, em que é recorrente o Juízo *ex officio*, apelante o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, sendo recorrida e apelada Celina Muniz de Sousa: Acordam, por votação unânime, em Primeira Câmara Civil do Tribunal de Alçada, dar provimento a ambos os recursos, a fim de julgar procedente a ação, menos quanto à verba de honorários de advogado.

1. Fora a ora recorrida e apelada D. Celina Muniz de Sousa nomeada por decreto de 24 de janeiro de 1953, para o cargo — de provimento efetivo — de Bibliotecária-Chefe da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, tomando posse a 26 de fevereiro, seguinte. Manteve-se em estágio probatório, até igual data de 1955, sendo então efetivada, conforme consta dos ofícios, a fls.

2. Durante todo o tempo de seu exercício não chegou D. Celina a contribuir para o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, não obstante obrigatória sua inscrição, nos termos do Decreto estadual n.º 10.961, de 1939, art. 8.º, e Decreto estadual n.º 12.762, de 1942, art. 9.º.

Segundo consta do ofício do Sr. Diretor da Faculdade de Direito, foi a aludida funcionária científica em 27 de fevereiro de 1953, dos termos do ofício do dia 23, do mencionado Instituto — IPESP — pedindo sua intimação para comparecer àquele órgão, “a fim de efetuar sua inscrição obrigatória”.

Nada há de estranhável nessas datas, como à ora recorrida e apelada se afigura (razões, fls.). Uma vez publicada a nomeação, tomou o IPESP a iniciativa de fazer notificar a nova funcionária, para que se inscrevesse, pouco importando que, na data do ofício, ainda não houvesse se dado sua posse.

Não se sabe que orientação teve na época a ora apelada. Ao que diz, contrariando os termos do ofício de fls., jamais foi científica de sua inscrição e de que devesse algo ao Instituto ora autor (fls.). E de fato, embora em outubro de 1956 houvesse assinado a documentação necessária para sua inscrição (como se vê pelo processo administrativo, a fls., o processo respectivo somente teve tramitação no Instituto, a partir de maio de 1957, quando ela já se exonerara, a pedido, tendo o decreto de sua exoneração sido publicado em 5 de abril desse ano (fls..).

3. Verificou-se, então, que seu débito pelas contribuições para com o órgão previdenciário do Estado seria de Cr\$ 7.242,00 (fls.). E para seu pagamento está agora acionada.

4. Ao ver da suplicada, porém, deveria ser inscrito obrigatoriamente no IPESP quem fôsse nomeado “para o exercício permanente de argo público, isto é, o funcionário efetivo”. Sua nomeação se fizera para exercício em estágio probatório. E só se justificaria a cobrança intentada, a partir da ocasião em que passara a funcionária efetiva, até sua exoneração, pelo prazo de 13 meses, devendo pagar ao IPESP a importância de

Cr\$ 1.846,00. Acrescentou que a arrecadação das contribuições era da competência indelegável do Instituto, habilitado a obtê-la compulsoriamente, mediante desconto em folha, nos termos do art. 32 do seu Regulamento (contestação, fls.).

5. Acolheu o MM. Juiz a defesa, argumentando que “os funcionários nomeados para estágio probatório não são, ainda, funcionários efetivos”. Ora, nomeada para esse estágio a suplicada somente lograra sua efetivação em 26 de fevereiro de 1955. “A partir desta data, apenas surgiu a obrigação legal de contribuir para os cofres do Instituto-autor. Somente quanto a este período deve ser atendido o pedido da inicial”. Mandou, pois, pagasse D. Celina Muniz de Souza as contribuições devidas ao autor, a partir daquele dia, até a data de sua exoneração, com juros da mora contados da citação, sem honorários de advogado (fls.).

Recorreu o magistrado de ofício, e também apelou o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo.

6. Em que pése à douda decisão, assim fundamentada, não estão dispensados da inscrição obrigatória, no IPESP, nos termos do art. 8.º do Decreto estadual n.º 10.961, de 10 de julho de 1939, e art. 9.º do Decreto estadual n.º 12.762, de 18 de julho de 1942, os servidores públicos do Estado, mesmo quando desempenham suas funções em estágio probatório.

Nomeados para o exercício de cargos públicos seus ocupantes os desempenham — mesmo durante esse período — não precariamente, ou por tempo determinado, apenas, mas, permanentemente, isto é, enquanto bem servirem.

A exigência para a inscrição, de que se trata, nos termos do art. 8.º do primeiro diploma citado, de funcionários nomeados “para o exercício permanente do cargo civil”, visa, obviamente, a excluir, além dos militares (submetidos a outro

regime), os que o tenham sido interinamente, para o exercício temporário de funções públicas, ou em comissão ou ainda para cargo de confiança, sem o caráter de continuidade, ou permanência. Só por isso não ficam tais servidores sujeitos a contribuir obrigatoriamente, para fins previdenciários, nem o órgão de previdência social do Estado, em relação a eles, assume os ônus de sua admissão, quer por não estarem vinculados à função pública, com garantia de permanência, quer por transitória sua participação no serviço público.

7. A nomeação de funcionário para cargo público de provimento efetivo, ainda que para exercício em estágio probatório, é um ato administrativo, que o investe em tôda plenitude, na função pública. Embora o submetta, durante 730 dias, a um processo de apuração da conveniência, ou não, de sua confirmação, mediante a verificação dos requisitos que a lei enumera (art. 40 do Decreto estadual n.º 26.544, de 5 de outubro de 1956, que aprova a Consolidação das Leis referentes aos Funcionários Públicos Civis do Estado), não o exclui do quadro dos servidores públicos, nem o priva de todos os direitos, vantagens e responsabilidades decorrentes da função exercida.

Assim é que o estagiário tem direito à inclusão do estágio na contagem do tempo de serviço público, para todos os efeitos, inclusive para a percepção da licença-prêmio (art. 505 da Consolidação citada); tem direito a férias, às licenças referidas no art. 466, do mesmo Decreto n.º 26.544, exceto as para tratar de interesses particulares e como prêmio pela assiduidade (§ 3.º desse dispositivo). Percebe os vencimentos do cargo, como se nele efetivado, recebe diárias, ajuda de custo, auxílio para diferença de caixa, salário-família (Lei estadual n.º 5.533, de 27 de janeiro de 1960, art. 38), gratificações, quotas-partes em multas e percentagens, assistência para si e para sua família, e tem direito de petição e à aposentadoria (art. 557).

Não obstante sua efetivação se consuma apenas quando decorrido o prazo de ensaio, o estagiário goza da garantia da indemissibilidade, em princípio, salvo na forma e pelo processo referido na lei (art. 40 e seus parágrafos da citada Consolidação). Tem-se decidido mesmo que "o nomeado em caráter probatório não o é em comissão, ou interinamente e não pode ser exonerado *ad nutum*, ou por mero arbítrio" (acórdão do egrégio Tribunal Federal de Recursos, *Revista Forense*, vol. 143/244; do egrégio Tribunal de Justiça, do Estado, *Revista de Direito Administrativo*, vols. 51/198, 54/199 e 56/166. Em contrário, acórdão do egrégio Tribunal de Justiça, na *Revista de Direito Administrativo*, vol. 46/142, ao que parece, reformado pelo egrégio Supremo Tribunal (referência na sentença publicada na mesma *Revista*, vol. 54/199).

O prazo de estágio probatório não se confunde com a carência. A lei não se refere a êle, como tal (Alaim de Almeida Carneiro, *Revista de Direito Administrativo*, vol. 2/401; Aguiar Dias, voto no egrégio Tribunal Federal de Recursos, *Revista de Direito Administrativo*, vol. 47/90). E não se confunde com a estabilidade (parecer do DASP, *Revista de Direito Administrativo*, vol. 24/278).

8. Destarte, o funcionário que em estágio probatório desempenhe o cargo civil, em que investido, está em exercício permanente do cargo, e assim preenche a condição primordial a que aludem os dispositivos já mencionados, dos Decretos ns. 10.291, de 1939 e 12.762 de 1942. Não se exige estabilidade, para a inscrição, mas o "exercício permanente", ou seja, aquêle que, não sendo em caráter de interinidade, substituição temporária ou em comissão ou confiança, mantém o funcionário vinculado ao cargo, sem a possibilidade de ser despedido ao arbítrio da autoridade administrativa.

Para que se torne obrigatória a inscrição, não é preciso que o funcionário seja

nomeado "em caráter efetivo", mas que o seja "para o exercício permanente" — contínuo, por tempo indeterminado, não temporário — de cargo público, o que é diverso da efetividade, que se contrapõe à interinidade ou ao caso de nomeação em comissão, em que a dispensa pode dar-se a critério do Governador (art. 309, b, da Consolidação).

9. Esta, a situação da ora apelada — funcionária investida em cargo de provimento efetivo, em que, aliás, veio a ser confirmada, somente se exonerando, a pedido, em 1957

10. Se se fôsse considerá-la inscrita no IPESP apenas a partir da data em que supõe devesse pagar-lhe contribuições, ou seja, a partir de sua efetivação, teríamos de entender que o seu prazo de carência para auferir os benefícios da previdência social oferecida aos servidores públicos, somente se contaria da mesma data.

Teríamos pois no funcionalismo do Estado — se desprezados os 2 anos do estágio probatório — funcionários com todos os direitos e responsabilidades, mas, sem os benefícios daquela previdência...

Mas, se o prazo do estágio probatório se conta para "todos os efeitos", não se compreende deixasse de sê-lo, para o preenchimento de carência. Apenas, seria incongruente admiti-lo, com essa eficácia, e querer dispensar o funcionário da contribuição a que todos os servidores civis do Estado estão obrigados.

11. A ação é, pois, procedente, nos termos em que proposta. Deve a apelada pagar à apelante a importância pedida, de Cr\$ 7.242,00, com juros a partir da citação. Os honorários não são devidos, conforme decidiu o MM Juiz.

Custas em proporção.

São Paulo, 19 de maio de 1960 — *Di-
mas R. de Almeida*, Presidente. — *Adria-
no Marrey*, Relator. — *Barbosa Pereira*
— *J. G. R. Alckmin*.